



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638333 - SP (2021/0000658-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : LETICIA DE CARVALHO COSTA TAMURA
ADVOGADO : LETÍCIA DE CARVALHO COSTA TAMURA - SP431677
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANTONIO DE SOUZA AGUIAR NETO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ANTONIO DE SOUZA AGUIAR NETO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado em Execução Penal n. 0004300-33.2020.8.26.0154).

O paciente encontra-se submetido ao cumprimento da pena unificada de 8 anos e 8 meses no regime fechado, pela prática dos crimes de tráfico de drogas e de uso de documento falso.

A impetrante sustenta o equívoco do acórdão impetrado ao manter a exigência do cumprimento de 3/5 ou de 60% para a progressão de regime em relação à pena cominada pelo tráfico de drogas, porquanto não há reincidência específica do paciente em crime hediondo ou equiparado.

Alega que deve ser observada a regra do art. 112, V, da Lei de Execução Penal, segundo a qual a progressão de regime depende do cumprimento de apenas 40% da reprimenda, haja vista a ausência de norma específica para o enquadramento do caso concreto, devendo prevalecer a regra mais benéfica ao apenado como consequência lógica do fenômeno da *novatio legis in melius*.

Requer, liminarmente, a transferência do paciente para o regime menos rigoroso mediante o cumprimento de 40% da reprimenda a que foi condenado pelo crime equiparado a hediondo. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a medida liminar.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração,

deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente